

A IMPORTÂNCIA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO CURSO DE DIREITO

Hiudéa T. R. BOBERG*

Sumário: Introdução. A pesquisa institucionalizada. A importância da Iniciação Científica. As contribuições da instituição da Iniciação Científica.

Resumo: Trata-se da exposição de reflexões sobre a importância e a necessidade de se instaurar o processo de Iniciação Científica na graduação, principalmente em IES que queira consolidar a experiência com a pesquisa como parte integrante do processo de formação de seu alunado, tendo em vista a construção de uma estrutura que dê sustentação, no futuro, a um programa de pós-graduação stricto sensu.

Palavras-chave: Iniciação científica. Pesquisa em Direito. Produção intelectual.

Abstract: This essay shows the importance and the necessity to establish the process of Scientific Initiation in the graduation degree, mainly in IES that want to consolidate the experience with research as integral part of the process of formation of his/her course looking forward to the construction of a structure that gives support to a program of masters degree stricto sensu in the future.

Key-words: Scientific Initiation. researches in Right. Intellectual production.

1. Introdução

O que se propõe, através deste artigo - e a título de sugestão - é a introdução, na FUNDINOPI, de um ambiente de pesquisa de caráter institucional, que certamente trará bons frutos em futuro próximo e alimentará, sem dúvida alguma, o processo ora em pleno desenvolvimento de implantação de um programa de mestrado.

Apesar das dificuldades que caracterizam uma IES isolada, desde a falta de recursos elementares até a instauração de uma mentalidade universitária, em todos os sentidos, a FUNDINOPI tem dado mostras que tem forças para superar estreitos limites impostos pelo sistema e para lutar contra a correnteza.

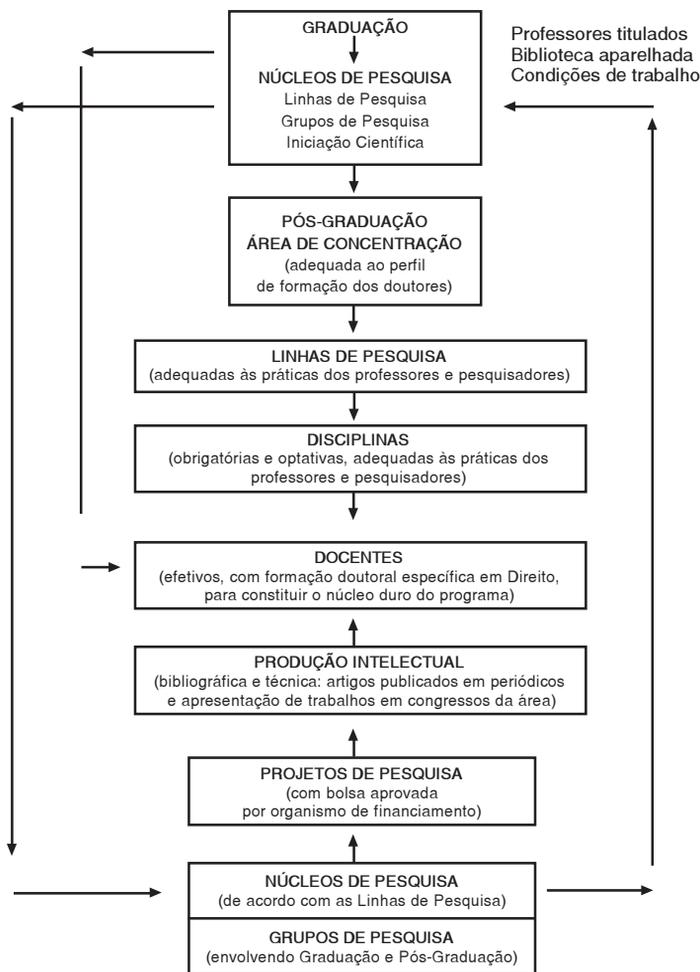
A superação de horizontes estreitos só acontece pelo valor que cada um de nós confere às conquistas pessoais no campo do saber. É muito confortável ter consciência daquilo que se sabe e do que ainda está por se conhecer. É muito gratificante observar nossas potencialidades dilatando-se a cada nova conquista intelectual. Estas sensações são estimulantes, nos impulsionam para novos projetos desafiadores, e desenvolvem as faculdades de perceber a exata dimensão de nossas fragilidades, de compreender e aceitar as fragilidades dos outros e de cultivar o bom senso para saber lidar com tudo isso.

* Doutora em Letras, pela UNESP/Assis, docente da Disciplina no Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da FUNDINOPI.

2. A pesquisa institucionalizada

Quando se pensa na criação de um ambiente de pesquisa numa IES, deve-se ter em mente que é possível lançar as bases de uma estrutura de cunho universitário, conforme pode ser observado pelos organogramas expostos a seguir. Pode-se constatar que todo o processo que caracterizaria uma pós-graduação *stricto sensu* - e que distingue uma IES com potencial para se destacar no campo da pesquisa - tem que nascer necessariamente na graduação. Assim, é preciso primeiro construir uma base sólida na graduação para, em seguida, iniciar a oferta de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Observemos, portanto, esta estrutura:

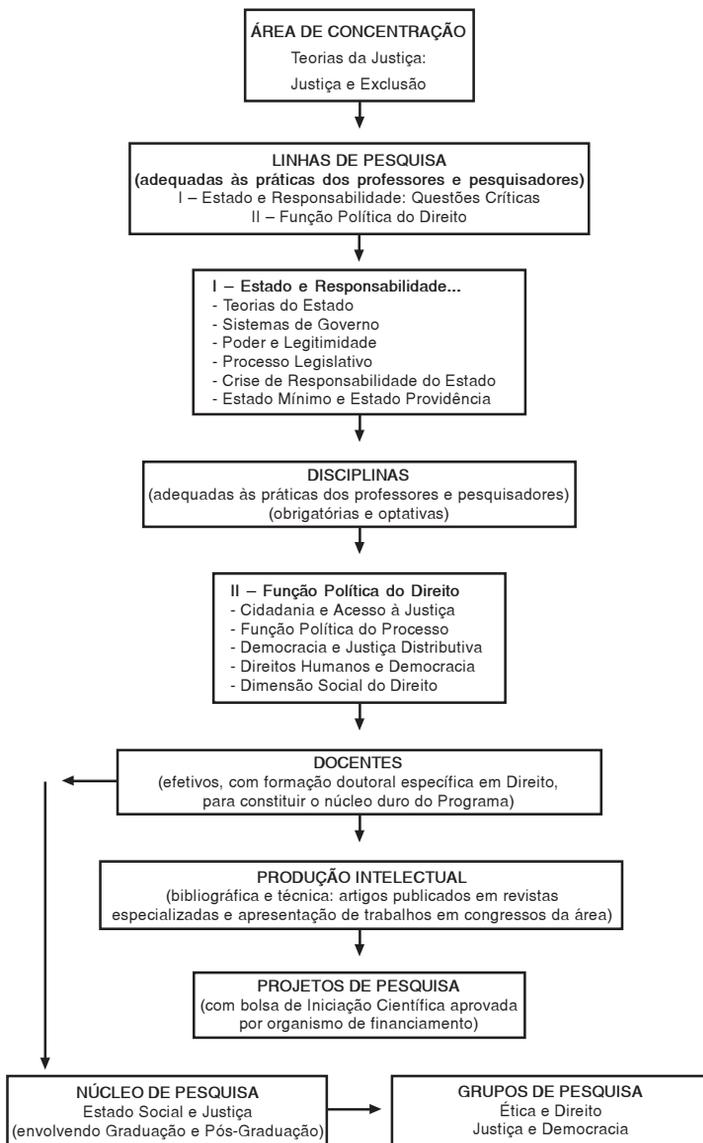
ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA PARA OFERTA DE PESQUISA INSTITUCIONAL



A título de ilustração, e para reforçar a concepção que se deve ter de um programa de pesquisa institucional implantado em bases sólidas, observe-se como está estruturado o Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da FUNDINOPI:

ESTRUTURA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FUNDINOPI

MESTRADO EM CIÊNCIA JURÍDICA



Embora não seja usual o emprego de esquemas ou organogramas em artigos científicos, eles aqui aparecem com o intuito de demonstrar que esta arquitetura é responsável por sustentar um programa de pós-graduação consistente, que pretende fincar raízes para o estabelecimento de um centro de excelência em futuro próximo. Não se deve perder de vista as condições essenciais de uma Biblioteca bem abastecida, com obras recentes e assinatura de periódicos expoentes do Brasil e do exterior, além de convenientemente aparelhada, com informatização, recursos de multimídia, base de dados e intercâmbio com as universidades.

Como se percebe pelos gráficos, deve haver ligações intrínsecas entre a graduação e a pós-graduação, tudo convergindo para um pilar único formado pelos professores doutores - a espinha dorsal do Programa -, que devem atuar nos Núcleos ou Centros de Pesquisa, liderar Grupos de Pesquisa, orientar a Iniciação Científica e os Trabalhos de Conclusão de Curso. Esta performance deve repetir-se na Pós-Graduação, nas disciplinas que lecionam, nos projetos de pesquisa que coordenam, nos Grupos de Pesquisa que lideram, nas orientações dos trabalhos dos mestrandos e doutorandos, e na sua produção bibliográfica e técnica e de seus orientandos.

Destaca-se, nesta estrutura, o papel exercido pelos Núcleos de Pesquisa e, conseqüentemente, pelos Grupos de Pesquisa, pois é justamente a produção intelectual dos seus membros que acaba por definir as Linhas de Pesquisa dos cursos de graduação e de pós. Tanto os Grupos de Pesquisa quanto as Linhas de Pesquisa devem corresponder à formação doutoral dos professores, característica indispensável quando se faz à CAPES uma proposta de programa de pós-graduação *stricto sensu*, cuja avaliação recairá justamente sobre a coerência e a consistência dessa proposta.

3. A importância da Iniciação Científica

Como se pode constatar, o formato que aqui apresentamos necessariamente passa pela oportunidade da oferta da Iniciação Científica na graduação. Então, o que vem a ser Iniciação Científica? Trata-se de uma atividade voltada aos alunos de graduação, visando incluí-los no ambiente de pesquisa e produção científica, para que se possa despertar vocações para futuros pesquisadores e incentivar aqueles que se destacam em seu desempenho acadêmico. O processo constitui-se de orientação de pesquisa dos orientandos, durante um determinado período, culminando este trabalho com a apresentação pública dos resultados em evento de natureza acadêmico-científica.

Seria interessante abrir parêntese, aqui, para apresentar alguns dados significativos sobre esta prática. No último censo do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, registrou-se que o país conta com mais de 12 mil grupos de pesquisa, com cerca de 50 mil pesquisadores, dos quais 31 mil são doutores, líderes dos grupos. Enquanto no início da década de 90, o Brasil formava mil doutores por ano, hoje se estima que sejam 5 mil, e o próprio aumento do número de grupos de pesquisa demonstra o aumento do processo de formação de pesquisadores.

Contudo, é bom que se considere o descompasso existente entre a formação de pesquisadores no Brasil e em países desenvolvidos. Por exemplo, em 1996, o Brasil formou 2500 doutores, enquanto nos Estados Unidos o registro foi de 36000 doutores naquele ano. Dos 2500 doutores titulados no Brasil, 50% obtiveram seus títulos na USP; 80% foram titulados no Estado de São Paulo e 20% distribuídos em apenas outros cinco Estados do país. Estes dados foram fornecidos pelo Dr. Flavio Fava-de-Moraes, ex-Reitor da Usp, ex-Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e Diretor Científico da Fapesp, em palestra proferida para estudantes de pós-graduação.

Por falar no ingresso a programas de pós-graduação, quando se pensa na formação de um pesquisador brasileiro, em condições de dar sustentação a programas de graduação e pós-graduação, percebe-se que o tempo médio de entrada na pós é de quatro a cinco anos depois do término da graduação. Assim, a sua formação em doutorado acaba ocorrendo na faixa dos quarenta anos, o que é uma idade avançada quando se compara ao tempo de formação de doutores nos países desenvolvidos, que ocorre em torno dos trinta anos.

Temos notícia, no entanto, de que a comprovação do treinamento em iniciação científica já passou a ser requerida como requisito adicional para a seleção de candidatos em alguns cursos de pós-graduação stricto sensu, pois permite que se busque candidatos mais amadurecidos, que têm mais intimidade com o processo de pesquisa.

4. As contribuições da instituição da Iniciação Científica

Diante das potencialidades que a Iniciação Científica encerra, acaba por se constituir num diferencial no currículo acadêmico do aluno, que tem a chance de, entre tantos benefícios, fugir da rotina e da estrutura curricular, integralizar a carga horária do currículo no campo das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, iniciar-se no convívio com o método científico, compreender a dinâmica da investigação científica, desenvolver capacidades diferenciadas nas expressões oral e escrita, constatar a vocação para as atividades de pesquisa, exercitar a criatividade científica, assegurar o processo de amadurecimento intelectual, aperfeiçoar o espírito crítico - conhecendo novos parâmetros e reconhecendo limitações -, participar de Encontros, Seminários, Colóquios, Congressos, apresentando comunicações, minicursos, oficinas ou painéis, desenvolver postura amadurecida diante das opções profissionais, seja enquanto pesquisador, seja apenas para exercer a profissão escolhida, participar de um programa com bolsas de auxílio à pesquisa, além de preparar-se para o ingresso em programas de mestrado e doutorado.

Também é muito importante que haja espaço, na Faculdade, para a divulgação dos trabalhos dos orientandos em Iniciação Científica, tanto criando um evento específico para isto, como os conhecidos Seminários, quanto registrando,

nos Anais do evento, as comunicações e demais atividades levadas a efeito. Providência que não pode ser esquecida é a publicação da produção intelectual técnica (comunicação, *paper*, painel, projeto de pesquisa) ou bibliográfica (artigos, resenhas, relatórios de pesquisa, monografias, capítulos de livros) em periódicos nacionais, justamente porque se trata da maneira mais utilizada pelos órgãos fomentadores de pesquisa de se mensurar a produção científica institucional.

O sucesso que a Iniciação Científica tem feito em todo o Brasil certamente está mudando o perfil da formação do graduando, passando do processo educacional de caráter informativo, que infelizmente ainda prevalece na maioria das IES brasileiras, para a condição de educação pela ciência. Assim, o universitário tem a oportunidade de deparar-se com uma realidade acadêmica muito diversa e mais interessante do que aquela praticada em sala de aula, que, diga-se de passagem, apresenta alguns resultados duvidosos e frustrantes, uma forma de ensinar que está centrada apenas na chamada “autoridade do professor”.

Sabe-se que a transmissão de informação sobre qualquer disciplina transcende a carga horária prevista nos currículos, pois muito do que o graduando precisará saber para aplicar em sua vida profissional ainda está por ser consolidado ou mesmo por ser descoberto. Então, é preciso estar sempre em busca do conhecimento necessário, que sana dúvidas e, quando este conhecimento não estiver disponível, por algum motivo, o graduando deve ser capaz, ele mesmo, de buscar respostas através da pesquisa. Inserido no mundo da pesquisa, o estudante se descobre como agente da construção do seu perfil profissional, aprimorando os seus conhecimentos e ampliando-os ainda mais, coisa que grade curricular alguma poderia dar conta efetivamente.

A título de incentivo, o CNPq oferta quotas de financiamento às IES, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, que tem por objetivos despertar a vocação científica entre estudantes de graduação, incentivar talentos potenciais, além de contribuir para a redução do tempo médio de titulação de mestres e doutores, conforme o contexto já exposto.

Logo que o CNPq começou a ofertar Bolsas PIBIC, benefícios imediatos foram registrados nas universidades, tais como: projeção de políticas de pesquisa institucionais, institucionalização de pesquisa na graduação, maior estímulo aos pesquisadores já produtivos, criação de ambientes mais apropriados à formação científica, desenvolvimento de pesquisas de ponta ainda na graduação, institucionalização de Seminários anuais de Iniciação Científica - passando, inclusive, a fazer parte do calendário de eventos da maioria das IES -, instauração de critérios de apresentação, formulação e avaliação de projetos de pesquisa com a introdução da avaliação por consultores externos, pesquisadores com bolsa de produtividade do CNPq, dinamização do entrosamento entre graduação e pós-graduação, encaminhamento de alunos mais qualificados para a pós-graduação, aproximação

entre o avaliador e o avaliado, dando mais sentido ao trabalho do bolsista, que passou a ser avaliado individualmente nos seminários de Iniciação Científica, intercâmbio entre os cursos universitários afins, entre outras circunstâncias. Trata-se, portanto, de uma série de vantagens que não podem ser desprezadas pelas IES que têm compromisso com a prática da pesquisa. Observe-se que não estamos considerando outras formas de extensão universitária, que, vinculadas ao complexo de atividades de pesquisa, podem redundar em incontáveis possibilidades de disseminação do saber, extrapolando o âmbito acadêmico. Ao lado do ensino e da pesquisa, a extensão é hoje considerada a expressão máxima do contato entre a universidade e a comunidade que a sustenta.

Ao realizar sua Iniciação Científica, o graduando em Direito certamente compreenderá o significado dos valores intrínsecos da Ciência e, mais, terá a oportunidade de observar o quanto estes valores podem ajudá-lo na sua formação como profissional, como indivíduo, como ser humano e como cidadão, pois a sua pesquisa certamente vai provocar a reflexão e o debate, abrindo o seu campo de expectativas e o daqueles que o estão assistindo, e propiciando, também, a troca de informações tão necessária e bem-vinda nestas circunstâncias.

Seria muito estimulante ver, num futuro bem próximo, estes mesmos pesquisadores iniciantes ingressarem em programas de pós-graduação da própria FUNDINOPI, ajudando a consolidar o espírito pioneiro de busca do aprimoramento profissional através da pesquisa.

Ainda a título de colaboração, as referências apresentadas a seguir são sugestões aos professores orientadores, para que possam ter em mãos roteiros seguros para uma boa prática de orientação, tanto dos trabalhos de TCC quanto de Iniciação Científica.

Referências

AZEVEDO, Israel Belo de. *O prazer da produção científica*: diretrizes para a elaboração de trabalhos científicos. 8. ed. São Paulo: Prazer de Ler, 2000.

BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2001.

CASSANY, Daniel. *Descrever o escrever*: como se aprende a escrever. Trad. de Osmar de Souza. Itajaí (SC): Editora da Univali, 1999.

COLZANI, Valdir Francisco. *Guia para redação do trabalho científico*. Curitiba: Juruá, 2001.

- FEITOSA, Vera Cristina. *Redação de textos científicos*. 4. ed. Campinas (SP): Papyrus, 1991.
- JIMÉNEZ SERRANO, Pablo. *Metodologia do ensino e da pesquisa jurídica*: manual destinado à requalificação da atividade docente e da pesquisa científica nas universidades. Barueri (SP): Manole, 2003.
- MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. *A ciência do direito*: conceito, objeto, método. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- MEDEIROS, João B. *Redação científica*: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1998.
- MEZZAROBA, Orides e MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de metodologia da pesquisa no direito*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MÜLLER, Mary Stella; CORNELSEN, Julce Mary. *Normas e padrões para teses, dissertações e monografias*. 5. ed. atual. Londrina (PR): EDUEL, 2003.
- PASOLD, César Luiz. *Prática da pesquisa jurídica*. 2. ed. Florianópolis: OAB/SC Editora, 1999.
- PERROTTA, Claudia. *Um texto pra chamar de seu*. Preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SANTOS, Antonio R. dos. *Apresentação gráfica de pesquisas científicas e trabalhos acadêmicos*. 2. ed. rev. Curitiba: Projeto Saber, 2003.
- SOARES, Maria do Carmo Silva. *Redação de trabalhos científicos*. São Paulo: Cabral, 1995.
- TOMANICK, Eduardo A. *Difícil é colocar no papel...*” informações e estratégias para a redação de textos científicos. Maringá (PR): Dental Press, 2003.
- VENTURA, Deisy. *Monografia jurídica*. 2. ed. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2002.